



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Licenciatura  
(4<sup>o</sup> ano - Noite)

Unidade curricular

**Direito Fiscal – TAN**

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

**Paula Rosado Pereira**

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

**Nuno Oliveira Garcia**  
**Paulo Marques**

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A presente unidade curricular visa a obtenção, pelos alunos, das bases teóricas do Direito Fiscal, na sua parte geral, em articulação com os princípios constitucionais em matéria fiscal. Não são, também, esquecidas as influências do Direito Europeu e da OCDE sobre o sistema fiscal nacional, bem como a análise crítica de vários dos temas fiscais mais controversos da atualidade.

A unidade curricular visa, igualmente, a apreensão pelos alunos de conhecimentos teóricos e práticos relativamente a vários dos impostos que integram o sistema fiscal português, com especial enfoque no IRS e no IRC. Estes conhecimentos procuram, por um lado, permitir aos alunos a resolução de casos práticos de alguma complexidade sobre os impostos em apreço e, por outro, o desenvolvimento de uma capacidade crítica relativamente à política legislativa e aos regimes fiscais em vigor.

Conteúdos programáticos

### **I. Introdução**

Caracterização do Direito Fiscal e princípios estruturantes

### **II. Tributos**

Conceito de tributos

Impostos, taxas e contribuições financeiras: conceito e elementos essenciais

Posição do Tribunal Constitucional sobre a matéria

Classificações dos impostos

### **III. Relação jurídica tributária**

Sujeitos

Categorias

Contribuinte, substituto e substituído tributário

Responsabilidade tributária

Sucessão tributária

Constituição, alteração e extinção da relação jurídica tributária

### **IV. Princípios constitucionais formais e materiais**

1. Princípio da legalidade fiscal

A reserva de lei fiscal: justificação, reserva de lei competencial e princípio da tipicidade fiscal

2. Princípio da proibição da retroatividade fiscal

Retroatividade e retrospetividade



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

A proteção da confiança  
3. Princípio da igualdade fiscal  
Princípio da capacidade contributiva  
4. Princípio da tributação do rendimento real  
5. Princípio da praticabilidade  
Presunções inilidíveis e tipificações legais  
Proibição de presunções e ónus da prova

#### **V. Impostos em especial**

*(permitindo a concretização dos pontos III. e IV. do Programa)*

##### 1. IRS

Características, estrutura e processo de liquidação do imposto

Incidência pessoal

Incidência real - Categorias de rendimentos

Determinação do rendimento tributável e regime de tributação de cada categoria

Elementos sintéticos do IRS – Normas comuns do imposto

##### 2. IRC

Enquadramento e noções gerais

##### 2. IVA

Enquadramento e noções gerais

#### **VI. Interpretação das leis fiscais**

Regras gerais

Conceitos importados

O art. 11. da LGT

Indeterminação legal e analogia

#### **VII. Elisão ou abuso fiscal, evasão e fraude fiscais e planeamento fiscal agressivo**

Segurança jurídica e justiça fiscal

Planeamento fiscal, evasão fiscal, elisão fiscal

Cláusula geral antiabuso e cláusulas específicas antiabuso

#### **VIII. Grandes desafios ao nível da fiscalidade nacional e internacional**

#### **Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular**

Os conteúdos programáticos, ao abarcarem tanto a parte geral do Direito Fiscal, como alguns dos impostos estruturantes do nosso sistema, em particular ao nível da tributação do rendimento, visam articular harmoniosamente as perspetivas teóricas e práticas do Direito Fiscal. Procura-se, assim, facilitar a apreensão pelos alunos das bases teóricas e dogmáticas do Direito Fiscal, dotá-los dos conhecimentos necessários para a resolução de casos práticos de alguma complexidade e, ainda, contribuir para o desenvolvimento de uma capacidade crítica relativamente à política legislativa e aos regimes fiscais em vigor.

#### **Metodologias de ensino (avaliação incluída)**

Existe uma articulação entre as aulas teóricas e as práticas, bem como um trabalho conjunto dos vários elementos da equipa, no sentido de se aliarem as componentes teórica e dogmática do Direito Fiscal com a análise de casos práticos e de jurisprudência.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### Bibliografia principal

##### *i) Direito Fiscal – Parte geral*

Ana Paula Dourado, *Direito Fiscal - Lições*, 6<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2021

##### *ii) IRS*

Paula Rosado Pereira, *Manual de IRS*, 4<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2022

##### *iii) Outra bibliografia*

ANA PAULA DOURADO - *O Princípio da Legalidade Fiscal - Tipicidade, Conceitos Jurídicos Indeterminados e Margem de Livre Apreciação*, Almedina, Coimbra, 2007 – (Vide capítulo I, para a matéria do princípio da legalidade fiscal)

PAULA ROSADO PEREIRA - *Convenções sobre Dupla Tributação no Atual Direito Fiscal Internacional*, 2<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2022

- «As diversas vertentes do princípio da capacidade contributiva e o IRS», in PAULA ROSADO PEREIRA (Coord.) – *Temas de IRS – Princípios Constitucionais, Tributação e Garantias*, Almedina, Coimbra, 2020, pp. 9-80.

SÓNIA MARTINS REIS - «Proibição da retroatividade da lei fiscal no contexto do IRS», in PAULA ROSADO PEREIRA (Coord.) – *Temas de IRS – Princípios Constitucionais, Tributação e Garantias*, Almedina, Coimbra, 2020, pp. 81-138.

PAULO MARQUES, JOAQUIM MIRANDA SARMENTO, RUI MARQUES - *IRC – Problemas Atuais*, 2<sup>a</sup> ed., AAFDL Editora, Lisboa, 2018

NUNO OLIVEIRA GARCIA - *Contencioso de Taxas*, 3<sup>a</sup> ed., Almedina Coimbra, 2018